



## ANEXO V

### CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº

PROCESSO Nº 01-P-32126/2013

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**, entidade autárquica de regime especial do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a **EMPRESA**, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ – BAIRRO, CIDADE / ESTADO, CEP \_\_\_\_\_, neste ato devidamente representada por nome e rg, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e contratado a prestação de serviços objeto da Concorrência Pública DGA nº 03/2015, processo nº 01-P-32126/2013, homologada e adjudicada pela(o) \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ e mediante as seguintes Cláusulas:

#### CLÁUSULA UM - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação é **Construção do Prédio para a instalação do Herbário e Museu – Instituto de Biologia – IB da UNICAMP**, conforme especificações contidas no Anexo I do edital.

1.2. O fornecimento de todo material, ferramentas, equipamentos e mão de obra, necessárias à perfeita e integral execução dos serviços é de responsabilidade da Contratada.

1.3. O endereço do local onde será executada a obra é: Rua Bertrand Russel, s/nº – Quadra 19 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Campinas - SP.

1.4. O edital e a proposta da Contratada, independentemente de transcrição, integram o presente instrumento como se partes dele fossem.

#### CLÁUSULA DOIS - DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência do Contrato será da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, observando-se o cumprimento fiel dos prazos aqui fixados para início, execução e entrega dos serviços, sob pena de incorrer nas sanções contratuais estabelecidas na Cláusula Doze deste instrumento.

2.2. O adimplemento das obrigações aqui ajustadas admite prorrogação, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que ocorra algum dos eventos descritos

CONTRATO N.º <<NUMERO>>/<<ANO>>

<<ENDERECO>>

Caixa Postal <<CAIXAPOSTAL>> – Telefone (19) <<TELEFONE>> – Fax (19) <<FAX>> – Email: <<EMAIL>>

CEP <<CEP>> – <<CIDADE/ESTADO>>

Página 1 de 18



nos incisos I a VI do aludido parágrafo, por meio de Termo Aditivo e mediante justificativa por escrito e autorização da autoridade competente.

2.3. Na execução do Contrato serão observados os seguintes prazos:

- a) **540 (quinhentos e quarenta)** dias para início, término e entrega da obra;
- b) 10 (dez) dias para o recebimento provisório; e,
- c) 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo.

### CLÁUSULA TRÊS – DO VALOR E DO ORÇAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ ( ), sendo:

- a) R\$ referente à mão-de-obra;
- b) R\$ referente aos materiais.

3.2. As despesas serão pagas, conforme segue:

- a) R\$ a conta de recursos orçamentários na(s) funcional(is) programática(s) , no elemento econômico .
- b) R\$ a conta de recursos oriundos do(s) convênio(s) no elemento econômico

3.3. O contrato será reajustado pela variação apresentada pelo Índice de Preços de Obras Públicas – Edificações – Geral, apurado pela FIPE e publicado no D.O.E., com observância à legislação vigente, em especial, o Decreto estadual nº 27.133, de 26/07/87, alterado pelo Decreto estadual nº 45.113, de 28/08/00, depois de decorridos 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta.

Para efeito do cálculo da parcela a ser reajustada, será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = P_0 \left[ \left( \frac{I}{I_0} \right) - 1 \right]$$

onde:

R = Valor do reajuste

P<sub>0</sub> = Parcela a ser reajustada

I = Índice de preços de obras públicas – Edificações Geral da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), referente ao mês da execução dos serviços



$I_0$  = Índice de preços de obras públicas – Edificações Geral da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), referente ao mês da data do recebimento da proposta da Contratada.

3.3.1. Os atrasos injustificados na execução da obra ou cujas justificativas não forem aceitas pela Contratante, motivadamente, não serão computados para efeito da periodicidade do reajuste previsto no subitem 3.3.

#### CLÁUSULA QUATRO - DA GARANTIA

4.1. A Adjudicatária deverá, no ato da assinatura do Contrato, constituir garantia para seu cumprimento em favor da Contratante correspondente a 5% do valor contratado.

4.2. A Adjudicatária poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou Títulos da Dívida Pública;
- b) Seguro Garantia; ou,
- c) Fiança Bancária.

3.2.1. Caso a opção recaia sobre a modalidade de Títulos da Dívida Pública, emitidos sob a forma escritural mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, o Adjudicatário deverá providenciar relação elaborada em 3 (três) vias de igual teor e forma, fazendo constar o número e valor nominal de cada um, a qual acompanhará os respectivos Títulos.

4.3. A garantia será recolhida conforme segue:

- a) depósito no Banco Santander, Agência 0207 e Conta Corrente 43.010.002-3, anexando cópia ao Contrato, no caso de caução em dinheiro;
- b) para as modalidades descritas nas letras “b”, “c” e “d” do subitem anterior, apresentar o original na Área de Finanças da Contratante, localizada no Prédio da Diretoria Geral da Administração-DGA situada na Praça das Bandeiras, nº45, Quadra 2, Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz".

4.4. A garantia contratual deverá ser renovada no caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato.

4.5. A garantia será devolvida quando da extinção do contrato, desde que a mesma não tenha sido perdida em favor da Contratante, e após a verificação de que todas as condições aqui estabelecidas foram devida e perfeitamente cumpridas.



## CLAUSULA CINCO - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data de cada medição e sua aprovação, mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes sendo vedada a colocação em cobrança ou sua negociação junto às instituições financeiras (Cláusula não a ordem), ou negociação com outras empresas.

5.1.1. O pagamento será efetuado mediante depósito no Banco do Brasil S/A, Agência \_\_\_\_\_ e Conta Corrente nº \_\_\_\_\_, sob a titularidade da Contratada.

5.2. É condição à realização do pagamento a entrega, pela Contratada, na **Divisão de Contratos/DGA**, no prazo de até **3 (três) dias** contados da data de aprovação da medição, os seguintes documentos:

a) nota fiscal, fatura e duplicata sem quitar, ou declaração da não emissão com base em dispositivos legais;

b) relação nominal dos funcionários alocados na obra;

c) cópia da folha de pagamento;

d) diário de obra devidamente preenchido do mês em referência;

e) recolhimentos legais (INSS e FGTS) efetuados no mês anterior ao faturamento, como condição de liberação dos pagamentos;

f) notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, acompanhados de declaração de emprego apenas de produtos e subprodutos de madeira exótica, ou, no caso de uso de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa, de acordo com o que estabelece o artigo 46 da Lei Federal nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998, acompanhado dos seguintes documentos:

f.1) original da primeira via da ATPF - Autorização de Transporte de Produtos Florestais expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

f.2) comprovante de que o(s) fornecedor(es) encontra(m)-se cadastrado(s) no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

5.2.1. Na hipótese de constatação de irregularidade nos documentos (no todo ou em parte), a contagem do prazo de pagamento terá início a partir da data da entrega dos documentos regularizados.



5.2.2. É condição à efetivação do pagamento a inexistência de registro da Contratada no CADIN estadual, cuja averiguação será feita pela Contratante, conforme determina o art. 6º da Lei estadual nº 12.799/08.

5.3. Em atendimento ao artigo 31 da Lei federal nº 8.212, de 24.07.91, alterado pela Lei Federal nº 11.933, de 28/04/2009 e Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, a Contratante procederá a retenção do valor dos serviços indicados na nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher em nome da Contratada a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou no próximo dia útil, caso esse não o seja, nos termos dos artigos 112 e 129 da referida Instrução.

5.4. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL", conforme determina o art. 126 da Instrução Normativa citada no subitem anterior.

5.5. A falta de destaque do valor da retenção no documento fiscal constitui infração ao disposto no § 1º do art. 31 da Lei federal nº 8.212/91 e impossibilitará a Contratada a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da Contratante proceder a retenção/recolhimento sobre o valor bruto dos serviços ou devolver o documento à Contratada, para correção.

5.6. A Contratante emitirá uma Guia da Previdência Social - GPS específica, sendo que na hipótese de emissão no mesmo mês, de mais de um documento de cobrança, a Contratante reserva o direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma única Guia.

5.7. Os valores correspondentes a eventuais danos materiais, provocados por culpa dos funcionários da Contratada, serão objetos de desconto do seu pagamento, observado o direito a ampla defesa e o contraditório.

5.8. O valor do serviço realizado deverá referir-se apenas a itens ou a atividades incluídas no Cronograma Físico-Financeiro, sendo que itens da obra para os quais nenhuma tarifa ou preço tenha sido cotado não serão pagos, considerando-os cobertos por outros preços e tarifas.

### **CLÁUSULA SEIS - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Iniciar a execução do contrato imediatamente após a sua assinatura, devendo a execução da obra iniciar na data que for estabelecida pela Contratante na reunião para início da obra a ser realizada na data fixada na convocação formal, a qual está vinculada à análise e aprovação dos documentos relacionados no subitem 6.25.

6.1.1. Na reunião de início de obra será estipulada a data limite para a Contratada entregar o Contrato de Fornecimento do Elevador.



6.2. Executar os serviços atendendo integralmente as normas da ABNT e demais normas técnicas pertinentes e vigentes, bem como as especificações dos fabricantes dos materiais/equipamentos e as condições exigidas pela Contratante.

6.3. Fornecer e utilizar na execução das obras, equipamentos e mão-de-obra adequada, bem como materiais novos e de primeira qualidade necessários à sua perfeita e integral execução dos serviços e discriminados no Anexo I, os quais deverão satisfazer os padrões aconselhados pela técnica moderna.

6.3.1 Providenciar o fornecimento de projetos, materiais e execução (elétricos e mecânicos), inclusive os componentes informatizados, tanto do elevador, quanto dos seus acessórios e comandos, devem estar de acordo com normas técnicas de engenharia, elétrica e mecânica, atuais e compatíveis aos padrões de produção de elevadores.

6.3.2. O elevador deve ter projeto, construção e tecnologia recentes; ser adequado e compatível com normas técnicas atuais atendendo a legislação, principalmente a norma específica para transporte de pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida quando em pé ou sentadas em cadeiras de rodas, com ou sem assistência (NBR 13994 – Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência).

6.4 – Apresentar, antes de iniciar qualquer atividade:

6.4.1 – A Guia de Recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao CAU, no original ou por cópia autenticada, referente à execução da obra, constando o nome, local e área da obra, bem como o número do processo licitatório da Contratante;

6.4.2 – O Protocolo de comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, conforme disposto na NR 18.

6.5. Executar os serviços de obra civil em conjunto com os demais serviços necessários à sua conclusão, os quais serão coordenados pela Equipe de Fiscalização da Contratante.

6.6. Instalar o canteiro da obra atendendo todas as exigências contidas na **NR-18**.

6.7. Executar a locação e a demarcação da obra por meio de gabarito de madeira.

6.8. Instalar placa indicativa da obra, devendo constar o nome da empresa e do responsável técnico com o respectivo número de registro junto ao CREA ou CAU, nos termos do Artigo 16 da Lei federal nº 5.194/66.



6.9. Isolar o canteiro de obras com alambrado, devendo o mesmo ser retirado quando do término da obra.

6.10. Exonerar a Contratante de toda e qualquer responsabilidade relativa a danos ou prejuízos que lhes sejam causados pelas empresas que subcontratar. As responsabilidades serão recíprocas e exclusivas da contratada e suas subcontratadas.

6.11. Reparar por sua conta ou de seu Segurador os danos causados a terceiros decorrentes da execução das obras e serviços.

6.12. Manter no local da execução da obra cronograma físico-financeiro atualizado, planilha orçamentária, o memorial descritivo da **CPO** – nº 002/2015 e os demais memoriais descritivos contidos no Anexo I – Pasta Técnica do Edital, especificações técnicas, cópia das medições e o “Diário de Obra” com, no mínimo duas vias, para lançamento diário das ocorrências.

6.12.1. No “Diário de Obra” deverá ser lançado também, o histórico técnico detalhado dos serviços em execução, o período de chuvas (hora do início e do término) e a relação nominal e diária de todos os funcionários da Contratada que trabalharão no local.

6.13. Executar a obra de acordo com as Especificações Técnicas, Plantas e Desenhos.

6.14. Notificar a Contratante sobre qualquer objeto de valor histórico ou significativo, encontrado no Canteiro de Obra, devendo a ela ser entregue por ser de sua propriedade.

6.15. Permitir à Equipe de Fiscalização da Contratante, acesso ao local da execução da obra.

6.16. Comunicar, por escrito, todos e quaisquer obstáculos e imprevistos ocorridos durante a execução da obra, bem como a alteração da programação apresentada junto com a proposta, cabendo à Contratante opinar e decidir sobre os mesmos.

6.17. É obrigatória a presença do **engenheiro ou arquiteto** responsável na obra pelo menos 3 (três) vezes por semana, cujo controle será feito por meio de atas de reuniões (previamente agendadas) a serem realizadas com a Equipe de Fiscalização na própria obra ou com a CPO.

6.17.1. Manter no canteiro um **engenheiro civil ou arquiteto** residente que, na ausência do engenheiro **ou arquiteto** responsável, responderá pelo mesmo perante a Equipe de Fiscalização.

6.17.2. Credenciar o engenheiro ou arquiteto responsável pelo acompanhamento dos serviços, bem como o engenheiro civil ou arquiteto residente, junto a Contratante, constando o nome, número do documento de Identidade e da inscrição no CREA ou CAU, telefone e fax para contato.



6.17.3. Será permitido pela Equipe de Fiscalização um número máximo de 02 (duas) obras dentro do Campus por engenheiro civil ou arquiteto residente.

6.18. Dar prévio conhecimento à Equipe de Fiscalização da Contratada das ocorrências nas frentes e fases da obra, a fim de se obter o melhor rendimento sem prejuízo da boa execução da mesma.

6.19. Fornecer e utilizar ferramentas, equipamentos e todos os insumos necessários e adequados à realização da obra, de acordo com o seu objetivo e com o apresentado na proposta.

6.20. Responsabilizar-se pelo(a):

- a) projeto de obras provisórias, devendo, quando necessário, providenciar a sua aprovação junto a terceiros;
- b) instalação e manutenção do canteiro de obras, incluindo vestiários, sanitários e área de vivência, em conformidade com as normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- c) planejamento da execução das obras nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física específica da mesma;
- d) segurança de todas as atividades no local da execução da obra;
- e) abrigo, guarda e manutenção de seus equipamentos;
- f) preparo de materiais, transportes dentro e fora da obra, na vertical e horizontal;
- g) transporte e alimentação de seus funcionários, sendo terminantemente vedado o pernoite de funcionários na obra;
- h) pagamentos de quaisquer verbas decorrentes da relação empregatícia com seus funcionários que irão executar a obra, tais como: salários, vantagens, verbas rescisórias, encargos, inclusive sociais e previdenciários, por ela devendo responder judicial e/ou extrajudicialmente, afastada qualquer hipótese de vínculo empregatício entre seus funcionários e a Contratante;
- i) acidentes na execução das obras, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos que resultem na destruição ou danificação da obra, estendendo-se tal responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- j) estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;



k) encargos fiscais, seguro, frete, tributos e outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato ou no seu transporte.

l) qualidade e quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, executar as obras não aceitas pela Equipe de Fiscalização e que devam ser refeitas;

m) correção dos defeitos notificados pela Contratante, no prazo de 20 (vinte) dias úteis da data do recebimento da notificação.

6.21. Cumprir fielmente as suas expensas as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador, do Ministério do Trabalho.

6.22. Apresentar no início da execução da obra, a CTPS dos funcionários que irão trabalhar no local, devidamente registrada e em ordem.

6.23. Responder pelas condições de higiene e saúde de seus funcionários.

6.24. Fornecer equipamentos de segurança (EPI's e EPC's) aos seus funcionários.

6.25. Entregar à Divisão de Segurança do Trabalho/DSTr, com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de integração, os documentos, conforme previsto no Manual de Segurança ([http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man\\_dsso\\_seguranca.pdf](http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man_dsso_seguranca.pdf)) para Contratados, para emissão de crachás específicos:

6.25.1. Na hipótese de subempreitada, as subempreiteiras deverão apresentar toda a documentação acima relacionada no Manual de Segurança, bem como o Termo de Contrato firmado com a Contratada por cópias autenticadas ou simples junto com o original para cotejo.

6.26. Manter às suas expensas, nas proximidades das frentes de trabalho, caçambas apropriadas para remoção de entulhos, materiais inservíveis gerados durante a execução da obra, devendo o canteiro de obras estar sempre limpo e desobstruído, sendo vedado o acúmulo de entulho ou qualquer outro material de descarte sobre as áreas comuns, vias de circulação ou gramados.

6.27. Colocar número de funcionários necessários ao cumprimento do prazo de execução da obra, cujos encargos responderá unilateralmente em toda sua plenitude.

6.28. Desmobilizar o canteiro e efetuar a limpeza final da obra, inclusive a remoção do material inservível e do entulho gerado, para fora do Campus, através de caçambas apropriadas e locadas pela Contratada. A limpeza compreende também, todo o esparrame e acerto da terra excedente, de forma que o terreno fique pronto para o plantio de gramas.

6.28.1. A desmobilização compreende a retirada de todos os materiais, ferramentas e equipamentos de propriedade da Contratada, que por ventura ainda



estejam na obra. A Contratada fará a remoção e dará destinação final aos materiais considerados inservíveis e àqueles provenientes da limpeza da obra de acordo com o estabelecido na Resolução 307 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. A Contratada deverá solicitar por escrito a inspeção final dos serviços à Fiscalização da Contratante.

6.29. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito.

6.30. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

6.31. Executar a obra na forma estabelecida no Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos integrantes do edital, bem como sua proposta, sendo que a mesma será fiscalizada pela Equipe de Fiscalização da Contratante, a qual será designada na ocasião oportuna.

6.32. Entregar à Contratante, após conclusão das instalações, um jogo de relatórios que contenha garantias das peças, desenhos “as built”, memórias de cálculo, quando for o caso (os arquivos eletrônicos em autocad em dwg e plt deverão ser entregues na conclusão da obra).

6.33. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.34. Fornecer, na entrega da obra, todos os projetos atualizados com as alterações eventualmente efetuadas durante a execução dos mesmos.

6.35. Atender as determinações contidas no Decreto Estadual nº 49.674 de 06 de junho de 2005.

6.36. Fornecer, juntamente com a nota fiscal, em arquivo eletrônico (extensão “dwg”) e na forma impressa, os projetos, desenhos, cortes, esquemas e diagramas elétricos do elevador, bem como orientações, instruções e procedimentos para operação e manutenção.

6.37. No contrato de Fornecimento do Elevador, além da especificação completa do elevador, (fabricante, modelo, etc), deverá estar incluído o Contrato de Manutenção Preventiva Mensal e Atendimento Emergencial (pessoas presas no elevador, por exemplo), no período de garantia do elevador (mínimo de 12 meses), cujo prazo para atendimento é de 24 horas após abertura do chamado em Garantia. A empresa fornecedora do elevador deve emitir as respectivas ARTs – Anotações de Responsabilidade Técnicas – junto ao CREA, ou Registros de Responsabilidade Técnica RRTs – junto ao CAU, sendo uma de “instalação do elevador” (que deve ser feita na data de assinatura do contrato, fornecendo cópia para a Unicamp) e outra de “manutenção preventiva e atendimento emergencial no período de garantia” (que deve



ser feita na mesma data da emissão do Termo de Recebimento Provisório, fornecendo cópia para a Unicamp). Além disso, a empresa responsável pela manutenção preventiva deve emitir o RIA (Relatório de Inspeção Anual) entre o 10º e 11º mês da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório pela Unicamp. Caso a garantia oferecida pela empresa seja maior ou igual a dois anos, a cada ano, contado a partir da primeira inspeção, deve ser feita nova inspeção anual e emissão de RIA. No caso dos Atendimentos Emergenciais, o prazo para atendimento do chamado é de 45 (quarenta e cinco) minutos, quando houver pessoa(s) presa(s) no elevador, e de 1 (uma) hora, se não houver pessoas presas no elevador.

6.38. A empresa fornecedora/fabricante/instaladora do elevador deverá ser responsável pelo atendimento do Contrato de Manutenção Preventiva e Atendimento Emergencial do Elevador, no período de garantia.

6.39. A emissão do Termo de Recebimento Provisório do Elevador, pela Equipe de Elevadores da Unicamp, está vinculada à apresentação do Contrato de Manutenção Preventiva Mensal e Atendimento Emergencial durante o período de garantia.

## **CLÁUSULA SETE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Exercer a fiscalização da obra pela Equipe de Fiscalização, especialmente designada.

7.2. Determinar, por intermédio da Equipe de Fiscalização, o afastamento imediato de preposto ou de qualquer funcionário da Contratada, caso constate inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exaço, atoo desabonador ou outros motivos, bem como subempreiteiras ou subcontratados que não satisfizerem as necessidades da obra.

7.3. Determinar a paralisação da obra por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou por motivo de inobservância ou de desobediência às ordens e instruções, cabendo a Contratada os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

7.3.1. A paralisação vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo à fiscalização formalizar sua suspensão.

7.4. Realizar, por intermédio da Equipe de Fiscalização, acompanhada pelo representante legal da Contratada, e mediante agendamento prévio, medição da obra executada, até o 4º (quarto) dia útil do mês imediatamente posterior à sua execução.

7.4.1. Não serão medidos os materiais depositados na obra.

7.5. Destinar local para a instalação do Canteiro de Obras.

7.6. Examinar as Carteiras Profissionais - CTPS dos funcionários que irão prestar serviços na obra, para comprovar o registro de função profissional.

7.7. Resolver as dúvidas e questões expostas pela Contratada, dando-lhe soluções rápidas e adequadas.

## CLÁUSULA OITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Caso haja necessidade de modificações, em consequência das condições locais, estas só poderão ocorrer após a devida autorização da fiscalização da Contratante, bem como do projetista responsável, sendo que as modificações deverão ser acrescentadas nos desenhos definitivos. Todas as eventuais modificações havidas no projeto durante a execução do Objeto serão documentadas pela Contratada, que registrará as revisões e complementações dos elementos integrantes do projeto, incluindo os desenhos “como construído”.

8.2. Todos os materiais e equipamentos especificados com marcas e tipos nos projetos fornecidos pela Contratante ou na proposta da Contratada somente poderão ser substituídos por outros no caso de comprovação de similaridade, realizada por instituição especializada, e mediante o aceite da Contratante.

8.2.1. Os modelos referência para o elevador, em ordem alfabética, fabricados atualmente, que se encaixam no padrão estabelecido, seguindo as normas e legislações vigentes, principalmente as relacionadas às questões de acessibilidade e segurança, são os seguintes:

Item	Fabricante	Modelo
1	Atlas Schindler	3300 – com resgate automático(*)
2	Otis	Gen2 – com resgate automático(*)

(\*) Vide item 12.12 do Memorial Descritivo CPO nº 02/2015.

8.2.2. Qualquer outro fabricante, ou modelo diferente do especificado, deve ter análise de similaridade técnica aprovada pela Equipe de Elevadores da Unicamp, cujas condições e critérios para a sua realização são explicitadas a seguir:

8.2.2.1. A análise de similaridade técnica deve ser aplicada comparando-se item a item com a tabela abaixo. O elevador proposto será considerado similar tecnicamente ao modelo referência quando a soma dos pontos de todos itens for maior do que 90. Um item comparado, ou obtém o peso total daquele item, ou obtém “zero”. A comparação é “binária”, não existe similaridade parcial em um item. Se um item é similar, ele incrementa o total de seus pontos no somatório de similaridade, se não for similar incrementa “zero” pontos na soma, conforme já foi dito.

Critérios de Similaridade Técnica - Elevadores	
Itens	Peso
Elevador sem casa de máquinas	11



Equipamento motriz sem engrenagens	13
Quadro de comando com inversor de Frequência V3F	11
Elementos de Tração - filamentos de aço revestidos por Cinta de Poliuretano	11
Resgate Automático (*)	13
Feixe de Luz na Barreira Infravermelha da porta de cabina – mínimo 32 feixes diretos, dando um total de 94 interpolados	7
Deteção de Limite de Capacidade Máxima – 110% (**)	12
Ventilador de cabina – (***)	5
Operador de portas com motor controlado por frequência variável (****)	6
Equipe Técnica credenciada pelo fabricante do elevador residente na região de Campinas – SP	11
<b>Total Pontuação</b>	<b>100</b>

(\*) – Vide item 12.12 do Memorial Descritivo.

(\*\*) – O sistema eletrônico do equipamento, através de um sensor de carga, monitora a carga do elevador, que ao ser atingida a sua capacidade limite, 10% acima da capacidade nominal, este sistema eletrônico impede que o elevador siga em viagem, até que o número de passageiros seja reduzido da cabina. Após esta redução, libera automaticamente o funcionamento do elevador.

(\*\*\*) – Tanto o ventilador de cabina, quanto o seu sistema de acionamento devem ser equipamentos projetados para o elevador e não uma adaptação. O sensor de presença que aciona o ventilador deve ser discreto e fazer parte do projeto eletrônico do elevador.

(\*\*\*\*) – Em caso de falta de energia, o operador de portas deve funcionar com a energia elétrica fornecida em conjunto com o sistema de Resgate Automático.

8.3. A Contratante poderá contratar outras empresas simultaneamente e para o mesmo local da obra, para a execução de obras e serviços distintos daqueles abrangidos por esse contrato. Nesse caso, a Contratada não poderá impor quaisquer dificuldades à introdução de materiais, equipamentos e pessoal na área, para a prestação destes serviços ou de concessionárias de serviços públicos.

8.4. A troca de informações e correspondências entre as partes contratantes, bem como toda e qualquer instrução, deve ser feita por escrito e registrada no “Diário de Obras”. Todos os expedientes escritos, após seu registro, serão encaminhados à Contratada, acompanhados de parecer da Equipe Técnica, para decisão.

8.5. Qualquer erro ou imperícia na execução da obra e constatado pela Equipe de Fiscalização ou pela própria Contratada, obrigará a mesma, por sua conta e risco, a



correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro tenha resultado da insuficiência dos levantamentos.

8.6. A Contratada poderá discordar de qualquer ato praticado pela Equipe de Fiscalização, devendo se manifestar, por escrito, no prazo máximo de 4 (quatro) dias contados da data do recebimento do documento emitido pela Equipe de Fiscalização.

8.6.1. Protocolada a manifestação da Contratada, a Contratante, no menor prazo possível, reconsiderará ou não a decisão anterior, cujo ato será comunicado à Contratada, por escrito.

8.6.2. Mantida a decisão a Contratada poderá interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da comunicação.

8.6.3. Recebido o recurso a Contratante, no prazo de até 15 (quinze) dias apreciará a matéria e resolverá a pendência, dando ciência a Contratada, por escrito.

8.7. No caso de recurso improcedente a Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, poderá interpor novo recurso junto a Contratante, por intermédio da Coordenadoria de Projetos e Obras - CPO, que nomeará Comissão de Vistoria e Peritagem para elaboração de laudo.

8.7.1. Referida Comissão será composta por três membros de comprovada aptidão e idoneidade, sendo o primeiro escolhido entre pessoas alheias às partes, o segundo pertencente ao quadro técnico da Contratante e o terceiro indicado pela Contratada.

8.7.2. Cada parte arcará com os custos do perito pertencente ao seu quadro de funcionários, sendo que o perito alheio às partes será pago pelo requerente da perícia, cabendo-lhe ainda, as demais despesas a ela pertinentes.

8.8. Compete ao primeiro perito dirigir os trabalhos de vistoria e perícia e elaborar laudo conclusivo sobre a matéria, objeto do recurso, sendo que no caso de conclusões diferentes, cada perito deverá apresentar laudo em separado.

8.9. A Contratante poderá homologar o laudo pericial no todo ou parte dele ou, quando discordantes, adotar um dos laudos, podendo ainda rejeitá-los, caso em que a matéria divergente ficará insubsistente na esfera administrativa.

8.10. A existência de matéria divergente não poderá, em hipótese alguma, justificar a paralisação da execução das obras, ressalvadas a etapa que deu origem à questão.

8.11. Resolvido ato questionado ou declarado procedente o recurso a divergência, deverá constar do laudo técnico a justificativa para a prorrogação de prazo, se for o caso, devido a paralisação da etapa em questão.



8.12. Na hipótese de recurso improcedente, a Contratada arcará com todos os ônus decorrentes da paralisação da etapa da obra, aplicando-se, em caso de atraso na execução da mesma, as sanções previstas na Lei federal nº 8.666/93 e Portaria GR nº 248/98.

8.13. À Contratada caberá a responsabilidade total pela execução da obra; igual responsabilidade lhe caberá pelos demais compromissos assumidos com a Contratante e executados por terceiros sob sua administração, não havendo qualquer vínculo contratual entre a Contratante e eventuais subempreiteiras.

8.14. Apenas em casos excepcionais, julgados pela fiscalização, será permitida a execução de serviços aos domingos, feriados e dias de expedientes suspensos na Universidade, conforme calendário por ela divulgado. As solicitações deverão ser feitas, por escrito, com pelo menos três dias úteis de antecedência da data pleiteada.

8.15. A subcontratação de parte do objeto do contrato poderá ser concretizada mediante prévia e expressa autorização da Contratante, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a Contratada sujeita a multa de 10% do valor subcontratado.

8.16. O pedido de subcontratação deverá ser apresentado pela Contratada com 15 (quinze) dias de antecedência à formalização do ato, instruído com atestado de capacidade técnica da empresa a ser contratada certificado pelo CREA ou CAU.

8.17. A autorização da subcontratação ficará condicionada a verificação, pela Internet, da Regularidade da subcontratada junto ao INSS e FGTS.

8.18. A supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s) serão de responsabilidade da Contratada que responderá perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.19. A Contratante reserva-se o direito de exigir ensaios laboratoriais complementares dos materiais a serem empregados na execução das obras, cujos ensaios serão realizados em laboratório de sua escolha, sendo os custos ônus da Contratada. No caso de reprovação do material submetido ao ensaio, será obrigatória a imediata substituição sem ônus adicional à Contratante.

8.20. Da data de início da obra até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, são imputáveis à Contratada os seguintes riscos:

a) dano pessoal, morte, ou perdas e danos materiais, originados de:

a.1) uso ou ocupação do Local da Obra pela Contratada;

a.2) infração a leis, normas, posturas, ou direitos protegidos por lei, imputável a Contratada ou qualquer pessoa contratada por ele, exceto a UNICAMP;

b) danos à obra, Canteiro de Obras, Materiais e Equipamentos, por interferência da Contratada.



## **CLÁUSULA NOVE - DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de toda a obra, à Contratante fica reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a obra, por prepostos designados, podendo ordenar a imediata retirada do local de funcionários da Contratada, bem como a substituição dos que estiverem sem o crachá, embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

9.2. A Contratada garantirá os serviços por ela executados, nos termos do Artigo 618 da Lei Federal 10.406 de 10/01/2002. Neste período, os serviços que apresentarem defeitos deverão ser refeitos rapidamente. Não estão incluídos os casos de má conservação ou uso inadequado das instalações.

## **CLÁUSULA DEZ - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

10.1. A obra será recebida provisoriamente no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da solicitação da Contratada.

10.2. O recebimento definitivo ocorrerá após o prazo de observação de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento provisório.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo presente instrumento contratual.

## **CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO**

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido caso venha a ocorrer qualquer um dos motivos elencados no artigo 78 e na forma do artigo 79 da Lei federal nº 8.666/93.

11.2. A Contratada reconhece, desde já, os direitos da Contratante na ocorrência da rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DOZE - DAS SANÇÕES**

12.1. A Contratada, além das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, estará sujeita, ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um ponto percentual) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;

b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois pontos percentuais) sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;



b.1) Os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato, para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato à critério da Unicamp;

c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no edital e no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte inexecutada;

f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual.

12.2. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a Contratada.

12.3. A Contratada estará, ainda, sujeita às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12.4. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas contempladas na Lei federal nº 8.666/93 e na Portaria GR nº 248/98, publicada no DOE de 07/10/98 e disponível na Internet no endereço: [http://www.pg.unicamp.br/mostra\\_norma.php?id\\_norma=798](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=798).

12.5. A falta de cumprimento das obrigações assumidas ou a incidência do comportamento descrito no art. 78 da Lei federal nº 8.666/93, ensejará a rescisão unilateral do instrumento contratual, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação.

12.6. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exige a Contratada da reparação de eventuais perdas e danos que venha acarretar à Unicamp.

12.7. Na aplicação de penalidades, bem como na rescisão unilateral do instrumento contratual, deverá ser observado o direito da ampla defesa e do contraditório.



### CLÁUSULA TREZE - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas ou controvérsias do presente Contrato que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

E, por estarem, assim as partes justas e contratadas assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Campinas,            de            de

\_\_\_\_\_  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

\_\_\_\_\_  
EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_